



**SICOOB**  
Cecremef

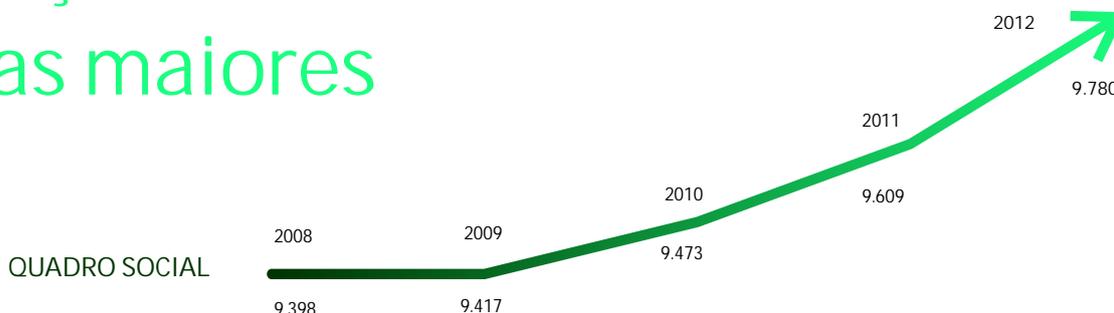
Associado a você.

# RELATÓRIO ANUAL 2012



# RELATÓRIO ANUAL 2012

Juros mais baixos  
Operação mais eficiente  
Sobras maiores



## CAPITAL SOCIAL (milhões de R\$)



## DEPÓSITOS (milhões de R\$)



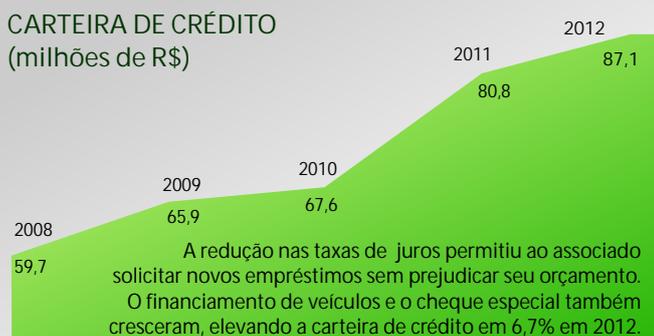
## PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de R\$)



## ATIVOS TOTAIS (milhões de R\$)



## CARTEIRA DE CRÉDITO (milhões de R\$)



## SOBRAS

SOBRAS TOTAIS	5.745.023,29
FATES + RESERVA LEGAL	1.366.306,16
JUROS AO CAPITAL	2.329.257,89
RECUPERAÇÃO DAS PERDAS	555.746,47
À DISPOSIÇÃO DA AGO	1.493.712,77

Apesar da redução nos juros, as operações do Sicoob Ceceremef foram mais eficientes neste exercício, gerando Sobras à disposição da Assembleia 40% maiores que em 2011.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2012 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – SICCOB Cecremef, na forma da Legislação em vigor.

### 1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 17/03/2012 o SICCOB Cecremef completou 51 anos mantendo sua vocação voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos, além de produtos e serviços bancários.

### 2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2012, o SICCOB Cecremef obteve um resultado de R\$ 2.049.459,24 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 4,89%.

### 3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 154.365.601,10. Por sua vez, a carteira de créditos representava R\$ 87.174.878,27.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 2,76% da carteira, no montante de R\$ 2.409.055,40.

### 4. CAPTAÇÃO

As captações (depósitos), no total de R\$ 198.726.739,69, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,08%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 5.982.508,91
Depósitos a Prazo	R\$ 141.304.501,80
Depósito sob Aviso	R\$ 51.439.728,98

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 21,04% da captação, no montante de R\$ 40.244.883,39.

### 5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICCOB Cecremef era de R\$ 43.882.296,89 e índice de Basileia 22,77%, resultando em uma folga de Capital de R\$ 22.684.765,29.

### 6. QUADRO SOCIAL

O quadro de associados era composto por 9.780 Cooperados, havendo um acréscimo de 1,77% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 7. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do

*rating* (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICCOB Cecremef adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,08% nos níveis de "A" a "C".

### 8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICCOB Central Rio, que, por sua vez, faz o monitoramento bimestral dos Controles Internos.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICCOB Confederação e homologado pela Central.

O Estatuto Social e o Manual de Regulamentação Institucional – Estrutura Organizacional apresentam a descrição das responsabilidades e deveres dos Órgãos Estatutários: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 9. CONSELHO FISCAL

Eleito com mandato até a AGO de 2013, o Conselho Fiscal a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2012, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICCOB Central Rio, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

### 10. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICCOB Cecremef aderiram, até 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 11. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2012, a Ouvidoria do SICOOB Cecemef registrou 31 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 31 reclamações, 30 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 12. GERENCIAMENTO DE RISCO

### a. Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. - SICOOB Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia control self assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado a Central de Crédito a qual é filiada – Sicoob Central Rio, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle Interno e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

### b. Risco de Mercado

O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em *trading* e *banking*, de mensuração do risco de mercado (*Value at Risk* - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

### c. Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança, e aos colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2013.

Francisco Carlos Bezerra da Silva  
Presidente

José Nivaldo Góes  
Diretor Financeiro

Marcos Machado de Almeida  
Diretor de Administração

Teresinha Alves Teixeira  
Diretora Social

Geórgia Gurgel Grosses Araújo  
Diretora Auxiliar

Pedro Alves  
Diretor Suplente



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>184.460.105,42</b>	<b>163.567.591,20</b>
Disponibilidades	327.687,14	418.560,40
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3)		103.190.429,07
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3)		32.444.677,04
Relações Interfinanceiras (Nota 3)	154.365.601,10	
Operações de Crédito (Nota 6)	29.046.759,35	26.255.949,26
Outros Créditos (Nota 7)	685.225,73	1.222.530,39
Outros Valores e Bens (Nota 8)	34.832,10	35.445,04
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>64.162.000,88</b>	<b>55.928.707,81</b>
Realizável a Longo Prazo	<b>57.263.447,81</b>	<b>53.739.742,83</b>
Operações de Crédito (Nota 6)	57.164.886,26	53.660.897,98
Outros Créditos (Nota 6)	98.561,55	78.844,85
Investimentos (Nota 9)	4.537.309,85	333.333,00
Imobilizado de Uso (Nota 10)	2.115.741,53	1.525.931,65
Diferido (Nota 11)	116.123,41	156.563,41
Intangível (Nota 12)	129.378,28	173.136,92
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>248.622.106,30</b>	<b>219.496.299,01</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>203.049.626,69</b>	<b>180.645.626,46</b>
Depósitos (Nota 13)	198.726.739,69	177.303.406,30
Depósito à Vista	5.982.508,91	5.580.816,26
Depósito Sob Aviso	51.439.728,98	57.270.412,04
Depósito a Prazo	141.304.501,80	114.452.178,00
Outros Depósitos		
Outras Obrigações (Notas 14 e 15)	4.322.887,00	3.342.220,16
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	3.990,42	8.550,64
Sociais e Estatutárias	1.459.070,51	940.182,88
Fiscais e Previdenciárias	671.654,49	537.940,05
Diversas	2.188.171,58	1.855.546,59
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.573.578,13</b>	<b>1.501.148,10</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Provisões p/ Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 16)	1.573.578,13	1.501.148,10
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)</b>	<b>43.998.901,48</b>	<b>37.349.524,45</b>
Capital Social	38.616.810,51	33.267.381,38
Reserva de Reavaliação	817.967,59	871.384,00
Reserva de Sobras	2.514.664,14	2.172.122,15
Sobras Acumuladas	2.049.459,24	1.038.636,92
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>248.622.106,30</b>	<b>219.496.299,01</b>

As Notas Explicativas são parte integrante deste Balanço.

## DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

Em Reais

	2º SEMESTRE 2012	DO EXERCÍCIO 2012                      2011	
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>10.552.322,07</b>	<b>23.547.697,20</b>	<b>31.331.694,06</b>
Operações de Crédito	10.548.453,51	20.548.657,41	16.363.015,36
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	3.868,56	2.999.039,79	14.968.678,70
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>-6.828.215,78</b>	<b>-14.991.994,27</b>	<b>-17.313.328,27</b>
Operações de Captação no Mercado	-6.921.556,24	-15.080.927,36	-17.537.622,86
Provisão para Operações de Créditos (Nota 5-a)	93.340,46	88.933,09	224.294,59
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>	<b>3.724.106,29</b>	<b>8.555.702,93</b>	<b>14.018.365,79</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais</b>	<b>-370.066,80</b>	<b>-2.867.830,80</b>	<b>-10.904.375,44</b>
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	281.026,72	518.101,70	421.794,23
Dispêndio/Despesas de Pessoal	-4.442.090,04	-9.029.184,93	-7.786.114,48
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	-2.244.620,15	-3.844.407,42	-2.463.449,35
Dispêndios/Despesas Tributárias	-37.309,99	-69.171,86	-46.391,48
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.787.692,50	9.506.178,63	
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	575.201,34	611.364,38	5.065,52
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	-289.967,18	-560.711,30	-1.035.279,88
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.354.039,49</b>	<b>5.687.872,13</b>	<b>3.113.990,35</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>3.227,97</b>	<b>10.601,01</b>	<b>2.973,16</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>	<b>3.357.267,46</b>	<b>5.698.473,14</b>	<b>3.116.963,51</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.010,33	-4.010,33	
Reversão da Reserva de Reavaliação	45.191,49	53.416,41	16.449,84
Atos Não Cooperativos Destinados ao F.A.T.E.S.	-2.855,93	-2.855,93	48,26
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>	<b>3.395.592,69</b>	<b>5.745.023,29</b>	<b>3.133.461,61</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>		<b>-1.366.306,16</b>	<b>-692.392,44</b>
FATES – ato cooperativo		-1.024.729,62	-519.294,33
Reserva Legal		-341.576,54	-173.098,11
<b>Resultado antes da Provisão Juros ao Capital</b>	<b>3.395.592,69</b>	<b>4.378.717,13</b>	<b>2.441.069,17</b>
Juros ao Capital	-1.545.707,10	-2.329.257,89	-1.402.432,25
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>	<b>1.849.885,59</b>	<b>2.049.459,24</b>	<b>1.038.636,92</b>

As Notas Explicativas são parte integrante deste Balanço.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital		Reserva de Reavaliação	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar		Reservas Legal		
Saldo em 31/12/10	27.967.500,37		887.833,84	1.996.044,90	1.636.085,60	32.487.464,71
Em Conta Corrente do Associado					-1.636.085,60	-1.636.085,60
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.112.431,70					4.112.431,70
Reversões de Reservas			-16.449,84	2.979,14	16.449,84	2.979,14
Sobras ou Perdas Líquidas					3.116.963,51	3.116.963,51
Provisão de Juros ao Capital					-1.402.432,25	-1.402.432,25
Subscrição de Juros ao Capital	1.396.037,34					1.396.037,34
IRRF sobre Juros ao Capital	-208.588,03					-208.588,03
FATES Atos Não-Cooperativos					48,26	48,26
Destinação das Sobras do Exercício:						
. Fundo de Reserva				173.098,11	-173.098,11	
. F A T E S					-519.294,33	-519.294,33
Saldos em 31/12/11	33.267.381,38	0,00	871.384,00	2.172.122,15	1.038.636,92	37.349.524,45
Saldo em 31/12/11	33.267.381,38	0,00	871.384,00	2.172.122,15	1.038.636,92	37.349.524,45
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES					-200.000,00	-200.000,00
Em Conta Corrente do Associado					-838.636,92	-838.636,92
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.244.808,67	-7.741,89				4.237.066,78
Por Devolução ( - )	-867.552,66					-867.552,66
Reversões de Reservas			-53.416,41	965,45	53.416,41	965,45
Sobras ou Perdas Líquidas					5.694.462,81	5.694.462,81
Provisão de Juros ao Capital					-2.329.257,89	-2.329.257,89
Subscrição de Juros ao Capital	2.326.717,73					2.326.717,73
IRRF sobre Juros ao Capital	-346.802,72					-346.802,72
FATES Atos Não Cooperativos					-2.855,93	-2.855,93
Destinação das Sobras do Exercício:						
. Fundo de Reserva				341.576,54	-341.576,54	
. F A T E S					-1.024.729,62	-1.024.729,62
Saldos em 31/12/12	38.624.552,40	-7.741,89	817.967,59	2.514.664,14	2.049.459,24	43.998.901,48
Saldo em 30/06/12	34.931.955,59	-577,26	863.159,08	2.173.374,83	1.565.879,81	39.533.792,05
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.074.247,11	-7.164,63				2.067.082,48
Por Devolução ( - )	-361.565,31					-361.565,31
Reversões de Reservas			-45.191,49	-287,23	45.191,49	-287,23
Sobras ou Perdas Líquidas					3.353.257,13	3.353.257,13
Provisão de Juros ao Capital					-1.545.707,10	-1.545.707,10
Subscrição de Juros ao Capital	2.326.717,73					2.326.717,73
IRRF sobre Juros ao Capital	-346.802,72					-346.802,72
FATES Atos Não-Cooperativos					-2.855,93	-2.855,93
Destinação das Sobras do Exercício:						
. Fundo de Reserva				341.576,54	-341.576,54	
. F A T E S					-1.024.729,62	-1.024.729,62
Saldos em 31/12/12	38.624.552,40	-7.741,89	817.967,59	2.514.664,14	2.049.459,24	43.998.901,48

As Notas Explicativas são parte integrante deste Balanço.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Em Reais

	DO 2º SEMESTRE		DO EXERCÍCIO	
	2012	2012	2012	2011
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>3.357.267,46</b>	<b>5.698.473,14</b>	<b>3.116.963,51</b>	
IRPJ / CSLL	-4.010,33	-4.010,33	0,00	
Provisão para Operações de Crédito	-98.727,07	-71.869,96	370.241,91	
Provisão de Juros ao Capital	-1.545.707,10	-2.329.257,89	-1.402.432,25	
Depreciações e Amortizações	171.477,62	301.060,86	226.694,30	
	<b>1.880.300,58</b>	<b>3.594.395,82</b>	<b>2.311.467,47</b>	
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>				
Operações de Crédito	-5.183.183,96	-6.222.928,41	13.982.582,50	
Outros Créditos	231.898,33	517.587,96	-1.040.369,23	
Outros Valores e Bens	67.914,57	612,94	12.804,38	
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos a Vista	1.257.795,01	401.692,65	1.139.416,39	
Depósitos sob Aviso	-3.015.177,93	-5.830.683,06	-4.199.763,03	
Depósitos a Prazo	2.615.473,24	26.852.323,80	27.392.221,08	
Outros Depósitos	0,00	0,00	-10.955,61	
Outras Obrigações	566.284,96	1.053.096,87	-1.223.595,79	
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>-1.578.695,20</b>	<b>20.366.098,57</b>	<b>10.398.643,16</b>	
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Aplicação no Intangível	-12.338,45	-12.338,45	-68.190,43	
Inversões em Imobilizado de Uso	-110.586,86	-794.333,65	-240.985,10	
Inversões em Investimentos	-4.133.123,90	-4.203.976,85	-333.333,00	
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>-4.256.049,21</b>	<b>-5.010.648,95</b>	<b>-642.508,53</b>	
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital	2.067.082,48	4.237.066,78	4.112.431,70	
Devolução de Capital à Cooperados	-361.565,31	-867.552,66		
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-838.636,92	-1.636.085,60	
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-200.000,00		
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-2.855,93	-2.855,93		
FATES Sobras Exercício	-1.024.729,62	-1.024.729,62	-519.246,07	
Subscrição do Juros ao Capital	2.326.717,73	2.326.717,73	1.396.037,34	
IRRF sobre Juros ao Capital	-346.802,72	-346.802,72	-208.588,03	
Amortização Rateio/Perdas	-287,23	965,45	2.979,14	
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>2.657.559,40</b>	<b>3.284.172,11</b>	<b>3.147.528,48</b>	
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>-3.177.185,01</b>	<b>18.639.621,73</b>	<b>12.903.663,11</b>	
Modificações em Disponibilidades Líquidas				
No Início do Período	157.870.473,25	136.053.666,51	123.150.003,40	
No Fim do Período	154.693.288,24	154.693.288,24	136.053.666,51	
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>-3.177.185,01</b>	<b>18.639.621,73</b>	<b>12.903.663,11</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante deste Balanço.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2012

**José Nivaldo Goes**  
Diretor Responsável pela Área Contábil

**Rosangela Maria Blanco da Silva**  
Contador CRC/RJ 38551/O-6  
CPF: 347.899.107-25

# COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETOBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em R\$)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB Cecemef, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961 filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB Central Rio e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB Cecemef possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Centro e Botafogo na Cidade do Rio de Janeiro; Itaorna – Eletronuclear, em Angra dos Reis-RJ; e Vila Residencial de Mambucaba – Eletronuclear, em Paraty-RJ.

O SICOOB Cecemef tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	327.687,14	418.560,40
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira	154.365.601,10	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		103.190.429,07
Títulos e Valores Mobiliários		32.444.677,04
Total	154.693.288,24	136.053.666,51

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICCOB Central Rio, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Diferido**

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

**j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

**k) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tem por diretriz.

**o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

**p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**q) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2012 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**r) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários do SICCOB Cecremef estavam assim compostas:

No ano de 2012 os saldos foram transferidos para Relações Interfinanceiras.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez		103.190.429,07
Títulos de Renda Fixa		28.613.091,75
Cotas em Fundos de Investimentos		3.831.585,29
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>135.635.106,11</b>

**5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB Central Rio, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos / Tít. Descont. *	Financiamentos	Total em 2012	Provisões 2012	Total em 2011	Provisões 2011
A	0,5%	Normal	57.943.882,50	6.541.229,83	64.485.112,33	322.425,56	59.466.849,61	297.334,25
B	1%	Normal	17.090.209,82	449.119,80	17.539.329,62	175.393,30	14.521.081,89	145.210,82
B	1%	Vencidas	48.452,77	167.173,42	215.626,19	2.156,26	14.394,51	143,95
C	3%	Normal	3.052.015,60	262.127,76	3.314.143,36	99.424,95	5.867.387,35	176.021,60
C	3%	Vencidas	794.459,56	22.808,95	817.268,51	24.518,06	259.448,76	7.783,46
D	10%	Normal	134.806,60	30.722,50	165.529,10	16.552,91	141.549,63	14.154,96
D	10%	Vencidas	126.325,81	-	126.325,81	12.632,58	173.929,07	17.392,91
E	30%	Normal	45.040,04	-	45.040,04	13.512,01	54.097,12	16.229,14
E	30%	Vencidas	141.354,84	-	141.354,84	42.406,45	67.514,92	20.254,48
F	50%	Normal	15.055,89	-	15.055,89	7.527,95	30.435,09	15.217,55
F	50%	Vencidas	70.053,04	-	70.053,04	35.026,52	27.573,66	13.786,83
G	70%	Normal	26.010,40	-	26.010,40	18.207,28	22.614,01	15.829,81
G	70%	Vencidas	68.601,02	-	68.601,02	48.020,71	31.104,54	21.773,18
H	100%	Normal	1.231,59	-	1.231,59	1.231,59	25.518,53	25.518,53
H	100%	Vencidas	144.196,53	-	144.196,53	144.196,53	104.711,25	104.711,25
Total Normal			78.308.252,44	7.283.199,89	85.591.452,33	654.275,54	80.129.533,23	705.516,65
Total Vencido			1.393.443,57	189.982,37	1.583.425,94	308.957,11	678.676,71	185.846,05
Total Geral			79.701.696,01	7.473.182,26	87.174.878,27	963.232,66	80.808.209,94	891.362,70
Provisões			-912.743,12	-50.489,54	-963.232,66		-891.362,70	
Total Líquido			78.788.952,89	7.422.692,72	86.211.645,61		79.916.847,24	

\* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2011 o Sistema Sicoob concluiu o cronograma de implantação da exigência contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682, que estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	10.735.005,72	15.331.648,30	51.591.866,61	77.658.520,63
Títulos Descontados	122.530,25	22.470,35	0,00	145.000,60
Financiamentos	497.115,61	1.403.047,00	5.573.019,65	7.473.182,26
<b>Total</b>	<b>11.354.651,58</b>	<b>16.757.165,65</b>	<b>57.164.886,26</b>	<b>85.276.703,49</b>

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	891.362,70	1.261.604,61
Constituições/Reversões no período	71.869,96	(370.241,91)
<b>Total</b>	<b>963.232,66</b>	<b>891.362,70</b>

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2012	% Carteira	31/12/2011	% Carteira
Maior Devedor	190.618,18	0,22%	157.568,75	0,19%
10 Maiores Devedores	1.384.775,77	1,59%	1.241.262,45	1,52%
50 Maiores Devedores	5.008.138,47	5,74%	4.420.314,45	4,52%

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.950.700,82	1.921.957,45
Valor das operações transferidas no período	417.929,34	597.844,13
Valor das operações recuperadas no período	(391.275,74)	(569.100,76)
<b>Total</b>	<b>1.977.354,42</b>	<b>1.950.700,82</b>

## 7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Rendas a Receber (a)	4.696,24	2.667,17
Devedores por Depósito e Garantia (b)	98.561,55	78.844,85
Títulos e Créditos a Receber (c)	1.019,50	825,50
Devedores Diversos (d)	40.374,00	172.781,70
Diversos (e)	639.135,99	1.046.256,02
<b>Total</b>	<b>783.787,28</b>	<b>1.301.375,24</b>

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita dos convênios sobre saldo mantido no Bancoob, rendas a receber da previdência social – INSS (R\$ 2.218,08) e outras (R\$ 2.478,16);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia está registrado depósito recursal do processo da Previdência (R\$ 96.607,97) onde obtivemos êxito no recurso e um Depósito FGTS Judicial processo Trabalhista (R\$ 1.953,58);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 1.019,50);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os valores a receber UNIMED (R\$ 28.885,98), Bancoob (R\$ 10.427,81) e Seguro Prestamista (R\$ 1.060,21);
- (e) Em Diversos estão registrados os adiantamentos fornecidos aos representantes das áreas regionais relativos à verba de Natal e a diversas excursões a receber dos associados (R\$ 636.035,19) e Impostos a compensar do ISS da Prefeitura do RJ (R\$ 3.100,80)

## 8. OUTROS VALORES E BENS

Em Outros Valores e Bens está registrado o valor de R\$ 8.497,45, referente ao material em estoque, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as Despesas Antecipadas, no montante de R\$ 26.334,65, referentes a prêmios de seguros, assinaturas periódicas e despesa de pessoal.

## 9. INVESTIMENTOS

O saldo é representado por quotas do SICOOB Central Rio conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
SICOOB Central Rio	4.537.309,85	333.333,00

## 10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

### Reserva de Reavaliação

Conforme laudo de reavaliação da empresa Setape Engenharia de avaliação do imóvel de uso próprio do SICOOB Cecremef realizada e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91 apropriado em 480 meses e amortizado 62 meses com valor mensal de R\$ 1.958,32.

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos - Reavaliações	-	282.000,00	282.000,00
Edificações	4%	531.458,09	8,09
Edificações-Reavaliação	2,5%	657.991,91	657.991,91
Móveis e Equipamentos	10%	460.241,86	381.267,76
Instalações	10%	372.658,67	324.664,44
Sistema de Processamento de Dados	20%	714.446,19	634.165,30
Sistemas de Comunicação	10%	9.429,00	8.091,83
Sistema de Segurança	10%	43.379,04	47.369,04
<b>TOTAL</b>		<b>3.071.604,76</b>	<b>2.335.558,37</b>
Depreciação acumulada		- 955.863,23	-809.626,72
<b>TOTAL</b>		<b>2.115.741,53</b>	<b>1.525.931,65</b>

## 11. DIFERIDO

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2012	31/12/2011
Benfeitorias	10%	485.481,07	485.481,07
Amortização acumulada		-369.357,66	-328.917,66
<b>TOTAL</b>		<b>116.123,41</b>	<b>156.563,41</b>

## 12. INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares e Direitos de Uso.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2012	31/12/2011
Outros Ativos Intangíveis	20%	664.214,36	674.816,91
Amortização acumulada		-534.836,08	-501.679,99
<b>TOTAL</b>		<b>129.378,28</b>	<b>173.136,92</b>

## 13. DEPÓSITOS

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$ 70 mil (setenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do SICOOB - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema SICOOB regido por regulamento próprio.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósito à Vista	5.982.508,91	5.580.816,26
Depósito Sob Aviso	51.439.728,98	57.270.412,04
Depósito a Prazo	141.304.501,80	114.452.178,00

## 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 30% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Cotas de capital a pagar aos associados demitidos, incluídos os juros ao capital.

(c) Arrecadação de Tributos (R\$ 3.990,42), Impostos e Contribuições a Recolher (R\$ 671.654,49).

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
FATES - Fundo de Assist. Técnica, Educ. e Social (a)	1.034.821,32	524.002,80
Cotas de capital a pagar (b)	424.249,19	416.180,08
Outras obrigações (c)	675.644,91	546.990,69
<b>Total</b>	<b>2.134.715,42</b>	<b>1.486.673,57</b>

## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2012.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com aluguéis (R\$ 3.831,49), Assessoria Técnica (R\$ 12.052,13), comunicações (R\$ 5.612,38), processamento de dados (R\$ 944,47), manutenção e conservação de bens (R\$ 871,89), transporte (R\$ 1.401,77), Seguros (R\$ 32.845,72) e outros (R\$ 9.236,86);

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Cheques administrativos (a)	120.000,00	20.000,00
Despesas de Pessoal	520.827,25	490.259,90
Outras Despesas Administrativas (b)	66.796,71	37.421,50
Cheques Descontados (c)	1.032,00	3.000,00
Credores Diversos – País (d)	1.375.709,91	1.271.955,09
Fornecedores (e)	103.805,71	32.910,50
<b>Total</b>	<b>2.188.171,58</b>	<b>1.855.546,59</b>

- (c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2012.
- (d) Refere-se à provisão de desconto do repasse da folha dos cooperados (R\$ 911.788,60); cobranças a regularizar (R\$ 2.890,39); créditos de associados demitidos (R\$ 247.713,88); regularizações a realizar da conta convênio BANCOOB e outros Bancos privados (R\$ 213.317,04).
- (e) Refere-se contas a pagar de Fornecedores.

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004.

Outras contingências refere-se às provisões das perdas possíveis e prováveis, informada pelo nosso jurídico (CPC-025).

A cooperativa obteve êxito no processo recursal do INSS (R\$ 245.017,95 – atualizado pela Selic) e o valor foi revertido em 12/2012.

	31/12/2012	31/12/2011
PIS	196.329,84	185.484,02
COFINS	1.155.231,19	1.091.347,35
INSS		224.316,73
Trabalhistas	40.000,00	
Outras contingências	182.017,10	
<b>Total</b>	<b>1.573.578,13</b>	<b>1.501.148,10</b>

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB Cecemef opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para Disponibilidades, Relações Interfinanceiras, Operações de Crédito, Depósitos a Vista e a Prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2012, com a sobra de R\$ 1.038.636,92. Deste valor foram deduzidos R\$ 200.000,00 destinados ao FATES e o restante, R\$ 838.636,92, os cooperados deliberaram as proporcionalidades apuradas das operações realizadas pelos associados, com a proposta de 70% sobre juros pagos, 20% sobre o saldo médio das aplicações financeiras e 10% sobre o saldo médio positivo dos depósitos à vista.

### d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

- A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
- O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

Descrição	2012	2011
Sobras /lucro líquido do exercício	5.694.462,08	3.116.963,51
Sobras líquidas decorrentes de atos não cooperativos apropriadas ao FATES	(2.855,93)	48,26
Realização da Reserva de Reavaliação	53.416,41	16.449,84
Juros ao Capital	(2.329.257,89)	(1.402.432,25)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	3.415.764,67	1.731.029,36
Destinações estatutárias	(1.366.306,16)	(692.392,44)
Reserva legal - 10%	(341.576,54)	(173.098,11)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 30%	(1.024.729,62)	(519.294,33)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.049.459,24	1.038.636,92

## 19. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Receita de prestação de serviços	257.357,59	46.332,83
Despesas específicas de atos não cooperativos	10.183,89	2.032,72
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	240.307,44	44.348,37
<b>Resultado operacional</b>	<b>6.866,26</b>	<b>48,26</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>4.010,33</b>	
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>2.855,93</b>	<b>48,26</b>

## 20. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são constituídas de avais.

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2012:

OPERAÇÕES ATIVAS				OPERAÇÕES PASSIVAS		
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PLCD	% da operação de crédito em relação à carteira total	Depósitos e Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média
Empréstimo	95.408,22	529,92	0,10%	439.979,61	0,22%	0,53% a.m.

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro ao lado, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas aplicadas em relação às Partes Relacionadas	Taxa aprovada pela Diretoria Executiva
Empréstimos	1,12% a.m. a 2,09% a.m.	1,12% a.m. a 2,09% a.m.
Aplicação Financeira (RDC)	95% CDI a 102,5% CDI	95% CDI a 102,5% CDI

No exercício de 2012, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2012	
Honorários	726.394,88

## 22. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO – SICOOB CENTRAL RIO

O SICOOB Cecemef, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à Cooperativa Central de Crédito Rio de Janeiro - SICOOB Central Rio, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB Central Rio é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB Central Rio, a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB Cecemef responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB Central Rio perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB Central Rio, em 31 de dezembro de 2012, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 09 de fevereiro de 2013, com opinião sem modificação.

## 23. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 24. ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 21.197.531,60, em 31 de dezembro de 2012.

## 25. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB Cecemef, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, 07 ações que somam R\$ 374 mil foram classificadas como perdas possíveis.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de dezembro de 2012.

Francisco Carlos Bezerra da Silva  
Diretor Presidente

José Nivaldo Góes  
Diretor Financeiro

Marcos Machado de Almeida  
Diretor de Administração

Rosângela Maria Blanco da Silva  
Contadora – CRC-RJ nº 38551/O-6

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração, Administração e Cooperados da  
Cooperativa Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICCOB Cecremef  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICCOB Cecremef, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICCOB Cecremef em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011**

Os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da Cooperativa Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICCOB Cecremef foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 14 de fevereiro de 2012.



São Paulo (SP), 14 de março de 2013.  
Rui de Assis Vasconcelos  
Contador - CRC – MG 75.505/O-3 “S” RJ  
CNAI 1915

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda., após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer da auditoria externa sem ressalvas da CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 14/03/2013, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período

Rio de Janeiro, 18 de março de 2013.

Selma Cristina Santiago Baptista, Sandra Marques Ramos Cabral Mendes Alves, Jorge Suzano da Silva, Ana Paula dos Santos Pereira, Francisco Carlos Mesquita, Sonaly Freitas Machado Rosa

## MOVIMENTAÇÃO DO FATES EM 2012 (em R\$)

DESCRIÇÃO	2012
<b>(=) SALDO ACUMULADO 2011</b>	<b>524.002,80</b>
<b>(+) Recebimentos</b>	<b>1.879.586,31</b>
Contribuição Auxílio Social	337.866,62
Dos Resultados	1.224.729,62
Programa Odontológico	228.016,73
Outras Contribuições	8.246,21
Reembolsos de Pessoal	2.878,90
Passeios e Festas	74.992,30
Resultado Atos n/Cooperativos	2.855,93
<b>(-) Pagamento - Aplicações</b>	<b>1.368.767,79</b>
Assistência - Associado	1.100.089,26
Assistência - Empregado	128.593,89
Despesa - Representação	140.085,14
<b>(=) SALDO FINAL</b>	<b>1.034.821,32</b>

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2012

**José Nivaldo Goes**

Diretor Responsável pela Área Contábil

**Rosângela Maria Blanco da Silva**

Contador CRC/RJ 38551/O-6

CPF: 347.899.107-25

DESCRIÇÃO	2012
<b>ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS</b>	<b>1.100.089,26</b>
Despesas Sociais	12.365,98
Auxílio Social	362.728,31
Programa Odontológico	69.331,66
Cursos Sociais	104.657,19
Curso Represent. Áreas Regionais	136.556,89
Passeios e Eventos	326.418,67
Convênio Colônia de Férias	14.133,00
Brindes Diversos	73.897,56
<b>ASSISTÊNCIA - EMPREGADO</b>	<b>128.593,89</b>
Programa Odontológico	
Auxílio Creche	34.384,00
Confraternizações - Funcionários	16.928,90
Apoio Psicológico/Aux Funeral	28.886,73
Desenvolvimento de Equipe	16.063,47
<b>DESPESA - REPRESENTAÇÃO</b>	<b>140.085,14</b>
Comunicação - Divulgação	135.849,19
Eventuais	4.235,95
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>1.368.767,79</b>